


INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

04 / ABRIL / 2022

LIMITES PARA DEDUÇÃO DO IR COM VALE-REFEIÇÃO ENTRAM NA MP DO TRABALHO HÍBRIDO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.108 VALIDA MUDANÇAS DO GOVERNO FEDERAL NO PAT POR MEIO DE DECRETO

Por Joice Bacelo — Do Rio

[Leia Mais](#)

SETOR DE VALE-REFEIÇÃO QUESTIONA MUDANÇAS NO STF

Uma das ações judiciais no STF é a da associação que representa as grandes empresas do segmento

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia Mais](#)

CORTE ESPECIAL

STJ: PLACAR DE 6 X 6 PARA OBRIGAR DEVEDOR A PAGAR ENCARGOS DE MORA

STJ discute revisão da jurisprudência que isenta devedor de outros encargos quando ele deposita judicialmente valor da obrigação

[Leia Mais](#)

JUSTIÇA

MAIORIA NO STF DECLARA CONSTITUCIONAL NORMA CONTRA PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ABUSIVO

“Norma geral antielisão” é voltada a combater planejamentos tributários tidos como abusivos pelo fisco

[Leia Mais](#)

POR NOVE A SETE

TIT-SP: FISCO PODE AFASTAR CRÉDITOS DE ICMS SOBRE PRODUTOS DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Com a decisão, a tese será aplicada aos próximos processos sobre o tema julgados no tribunal administrativo

[Leia Mais](#)

TERCEIRIZAÇÃO

PGR REQUER QUE TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA NÃO SEJA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aras também busca modulação para que efeitos sejam produzidos apenas depois da publicação do acórdão dos embargos

[Leia Mais](#)

MEIO AMBIENTE

CÁRMEN LÚCIA: ‘HÁ ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL EM MATÉRIA AMBIENTAL NO BRASIL’

Relatora deve terminar o voto na próxima sessão, na quarta-feira da semana que vem (6/4)

[Leia Mais](#)

STF: MORAES VOLTA ATRÁS, DESFAZ MAIORIA, E JULGAMENTO QUE PODE DERRUBAR VETO DE BOLSONARO FICA INDEFINIDO

Discussão é sobre isenção de PIS e Cofins na importação de combustíveis por empresas da Zona Franca

Por Joice Bacele

[Leia Mais](#)

DIRETO DA CORTE

STJ RATIFICA RETORNO PRESENCIAL E MARCA ELEIÇÃO DO PRÓXIMO PRESIDENTE PARA 12 DE MAIO

O Pleno do Superior Tribunal de Justiça ratificou na quarta-feira (30/3) a Resolução STJ/GP 9/2022, que estabelece, a partir desta sexta-feira (1º/4), o retorno das atividades presenciais, inclusive para as sessões da Corte Especial, das seções e das turmas — ordinárias ou extraordinárias —, bem como do Tribunal Pleno e do Conselho de Administração.

[Leia Mais](#)

JULGAMENTO VIRTUAL

STF: AÇÕES SOBRE ITCMD DEVEM PRODUZIR EFEITOS A PARTIR DE ABRIL DE 2021

Corte proibiu PR, TO, SC, MT e DF de cobrar o imposto sem existência de lei complementar regulamentando tema

[Leia Mais](#)

NOVO DECRETO DO IPI BAGUNÇA A PRODUÇÃO E A IMPORTAÇÃO E PARALISA INDÚSTRIA

Luís Osvaldo Grossmann .-. Convergência Digital

[Leia Mais](#)

SOFRIMENTO OU DOENÇA?

PARA JUSTIÇA, ESTRESSE NO TRABALHO NÃO É SUFICIENTE PARA CULPAR EMPRESAS POR BURNOUT

Ainda que associado à ocupação, esgotamento demanda fatores individuais além de ambiente hostil e cobranças

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

PERMUTA DE CRIPTOMOEDAS: A INCIDÊNCIA DE IR E O POSICIONAMENTO DA RECEITA

Por Alexander Andrade Leite e Cairo Trevia Chagas

[Leia Mais](#)

TECNOLOGIA RESTRITA

STJ RESTRINGE ORDEM DE ENTREGA DE DADOS DO GOOGLE PARA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

O Poder Judiciário não deve determinar a quebra de sigilo de dados informáticos estáticos obtidos por registros de geolocalização do Google nos casos em que há a possibilidade de violação da intimidade e da vida privada de um número indeterminado de pessoas, que podem sequer estar relacionadas à investigação criminal.

[Leia Mais](#)

COVID-19

GOVERNO FEDERAL PUBLICA PORTARIA QUE DESOBRIGA O USO DE MÁSCARAS NO TRABALHO

A portaria foi publicada no Diário Oficial da união desta sexta-feira (01/04)

[Leia Mais](#)

MP DISCIPLINA TRABALHO HÍBRIDO E AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PARA QUEM TEM CARTEIRA ASSINADA

Medida provisória pretende dar maior segurança jurídica a esse modelo de trabalho e definir critérios para uso do auxílio-alimentação

PantherMedia / Antonio Guillen Fernández

[Leia Mais](#)

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

PLATAFORMA GOV.BR IMPULSIONA ABERTURA DE FILIAIS DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL

Autorização para atuar no país é concedida de forma digital no prazo de três dias; antes o processo demorava, em média, 45 dias

[Leia Mais](#)

NORMATIZAÇÃO

CVM PUBLICA 5 NOVAS RESOLUÇÕES

Regras contemplam revisões e consolidações relacionadas ao Decreto 10.139 e não envolvem alterações de mérito

Leia Mais 18

NORMATIZAÇÃO

CVM PUBLICA 6 NOVAS RESOLUÇÕES

Regras incluem novo comunicado sobre demandas societárias a ser divulgado por companhias abertas e revisões e consolidações relacionadas ao Decreto 10.139

[Leia Mais](#)

SERVIÇOS

RECEITA FEDERAL SIMPLIFICA LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO CONSOLIDAÇÃO DE NORMAS

As Instruções Normativas publicadas revogam normas redundantes.

[Leia Mais](#)

SERVIÇOS

RECEITA FEDERAL CONSOLIDA NORMAS SOBRE LOJAS FRANCAS

Uma das principais novidades é a possibilidade de entrega em casa das compras feitas no free shop.

[Leia Mais](#)

CRÉDITO DE PIS/COFINS SOBRE DEMANDA CONTRATADA

O valor da energia elétrica consumida, sobre o qual devem ser apurados os créditos de PIS e de Cofins, é aquele cobrado pela distribuidora

Por Gilson J. Rasador

[Leia Mais](#)

O EMPODERAMENTO DOS SUPERENDIVIDADOS

O MARCO LEGAL DA INADIMPLÊNCIA ALTEROU A LEGISLAÇÃO PARA APERFEIÇOAR A DISCIPLINA DO CRÉDITO AO CONSUMIDOR E EVITAR SUA EXCLUSÃO SOCIAL

Por Luiz Felizardo Barroso

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)